

NE DESIT VIRTUS

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva¹ (Brasília, DF, 03/01/2023)

Que não falte valor! Eis o lema que mobiliza a aguerrida tropa do 187º Regimento de Infantaria da 101ª Divisão de Assalto Aéreo do Exército dos EUA.

Os dizeres em latim traduzem o foco a manter pela heroica parcela da sociedade que mostra patriotismo, cidadania, civismo e admirável resistência há dois meses diante dos quartéis em todo País. É um insulto injustificável tratar esses movimentos como *atos antidemocráticos*. Que absurdo!

A essa gente sobram valor, virtude e coragem, exemplos para a parte moralmente saudável da Nação prosseguir combatendo a carcomida, mas poderosa liderança patrimonialista em grande parte corrupta, ainda encastelada em altos escalões dos três Poderes, pois não foi possível sanear o Executivo em quatro anos. Essa velha política, responsável pelo atraso e mazelas morais da Nação, agora está mancomunada com a esquerda radical - PT e aliados -, de volta ao governo com o objetivo final de empalmar totalmente o poder do Estado para implantar o socialismo radical e liberticida no Brasil.

Chegamos a esse triste contexto pela omissão, tibieza e irresponsabilidade cívica, jurídica e política de autoridades nos três Poderes e em todas as Instituições de Estado, em 2021 e 2022, por não imporem um limite à manobra jurídico-política que viabilizou o desastre que vamos viver. Ou seja, sermos governados por um presidente indiciado, julgado e condenado por unanimidade em três instâncias da justiça por crimes de corrupção cometidos em mandatos anteriores. Foi solto e teve os processos anulados por formalidades jurídicas e, sem ser inocentado, recuperou seus direitos políticos.

Essa indelével cicatriz, que sempre o acompanhará, é uma razão para metade ou mais da metade da população não aceitá-lo como presidente do Brasil e comandante supremo das Forças Armadas (FA). Eis um estilete na alma das FA, hoje desgastadas diante de si próprias e de mais da metade do povo brasileiro. Não há como o cidadão de bem não sentir vergonha diante de situação tão constrangedora. Outra razão é a falta de confiança de grande parte da sociedade no processo eleitoral diante de robustas denúncias sobre graves anomalias, fraudes para muitos, capazes de terem influído no resultado final.

Uma das falhas do Executivo e do Legislativo, nos últimos quatro anos, foi se dobrarem às constantes ingerências do STF em suas atribuições, a ponto de diversos profissionais do Direito e de especialistas da mídia declararem publicamente estarmos num estado de exceção e apontarem decisões inconstitucionais emanadas de ministros do STF. Ora, pela Constituição Federal os Poderes da República são independentes e equilibrados e, no seu artigo nº 78, está bem claro o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente de *manter e defender a Constituição*. Havia argumentos legais para questionar o Judiciário em diversas ocasiões, inclusive no processo eleitoral, por meio de uma peça jurídica consistente. Nada de golpe! Sempre se encontra a via legal e legítima para fazer valer a justiça.

A situação problema está definida. Esse governo retrógrado fará o Brasil sofrer retrocessos em inúmeros setores e haverá esforço do PT e aliados em intensificar e acelerar a estratégia gramscista para implantar o regime socialista radical e liberticida. A Nação e as Instituições terão que enfrentar o próprio governo para defender a liberdade e a justiça e este é um dos nós do novo contexto político. Assim procedendo virão sucessivas crises, mas, por outro lado, não havendo resistência iremos, inexoravelmente, para o

¹ Ex Comandante e atual Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e do 5º Batalhão de Infantaria Leve Aeromóvel; membro da Academia de História Militar Terrestre; e Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres.

socialismo como ovelhas encarceradas no curral. Será um exercício de criatividade negociar com força e se manter dentro dos limites legais, sabendo impor a agentes ideológicos do governo, que também se mantenham dentro desses limites.

A população diante dos quartéis tem razão para sentir uma imensa frustração. Merecia uma resposta condizente com a justiça de seus pleitos pelas autoridades dos três Poderes. Bastava aceitar a auditoria do resultado das eleições como o Ministério da Defesa propôs. Houve autoritarismo e soberba vindos do Judiciário e falta de senso de autoridade dos demais Poderes e de distintas Instituições, assim passando a ideia de desprezo pelos anseios dos que representam mais da metade de nossos cidadãos.

Nos momentos em que tudo parece perdido é preciso manter a fé, demonstrar temperança e projetar a visão bem além, lá no futuro. Queremos o mesmo porvir - liberdade e justiça - e o oponente é bem conhecido. Se houve ou não erro por perda de oportunidades, agora interessa olhar para frente e curar as feridas. Não dá para brigar com a realidade e ela nos acena que não podemos nos desunir e nos dispersar. As FA podem até ser criticadas, mas não merecem o achincalhe que sofrem nas redes. Uma história secular gloriosa não pode ser desprezada pelo infeliz revés em uma situação política em pleno andamento. Nossa Bandeira jamais será vermelha! Esse propósito permanecerá vivo e unindo civis e militares brasileiros.

A luta continua em nova batalha cívica e não é inteligente contribuir, ainda que involuntariamente, com tentativas de desgaste das FA, haja vista só ajudar ao oponente. Defendê-las, no momento, é menos cômodo e parece *politicamente incorreto*, porém é muito mais justo e estratégico se mirarmos o futuro. O exemplo está vindo das manifestações patrióticas - **atos genuinamente democráticos**. Que motive uma oposição democrática combativa no Congresso, no setor produtivo, na academia e em toda a sociedade civil para impedir a concretização das propostas socialistas que liquidarão o desenvolvimento, a segurança e o bem estar da Nação. A sustentação dessa luta democrática requer o concurso de FA moral e materialmente fortes - o fiel da balança -, pois elas terão um papel decisivo.

Para os militares, convém ler esse trecho do artigo *A Segunda Chance*²: “*Franqueza e coragem moral caminham juntas. [-]. Uma vez que uma decisão política final seja tomada, [o oficial] tem a obrigação de apoiar essa decisão como se ela fosse sua, [-] com uma grande exceção: questões que envolvam os profundos princípios - dever, honra e pátria - não nos podem submeter a outros compromissos*”. O dilema entre lealdade e disciplina ocorre em situações extremas ao chefe militar do alto escalão. Tal dúvida não pode existir quando silêncio e omissão contribuírem para causar um dano insuportável à Nação, ela sim credora de sua irrestrita lealdade. Aos superiores o chefe militar deve obediência, cooperação, respeito e disciplinada franqueza, mas a sua lealdade em situações limites é, unicamente e acima de tudo, devida à Nação.

Nunca nos renderemos! Que a coragem, a bravura e o valor não nos faltem - *Ne desit virtus*.

² Tenente David A. Adams da Marinha dos EUA - um ensaio sobre liderança.